

**AO**

**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE**

Ilmo.(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio

Ínclita Autoridade Superior Competente

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23034.025189/2023-56.**

**ITEM 1**

1	469792	Desktop Ultracompacto Padrão – Linha Corporativa (uso administrativo)	UND (Conjunto)	9.210
---	--------	--	----------------	-------

**POSITIVO TECNOLOGIA S.A. (Filial localizada na cidade de Ilhéus/BA)**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ásia, s/n – Lote 05 – Quadra N, Iguape - Ilhéus - Bahia - CEP 45.658-464, inscrita sob o CNPJ n.º 81.243.735/0009-03, conforme Estatuto Social e Ata de Eleição da Atual Diretoria em Exercício (DOC. Nº 01), doravante denominada simplesmente de POSITIVO ou RECORRENTE, vem, tempestiva e respeitosamente, por sua procuradora legal ao final assinada conforme Procuração (DOC. Nº 02), apresentar

### **RECURSO HIERÁRQUICO**

contra a indevida decisão que classificou, habilitou e declarou vencedora a proposta da licitante GRUPO MULTI S.A., doravante denominada simplesmente de licitante GRUPO MULTI ou RECORRIDA, para o Item 1 do certame, o que o faz com fulcro no item 11 do edital, nas disposições Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais legislações aplicáveis, declinando os motivos do seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

**I – DA LEGITIMIDADE E TEMPESTIVIDADE:**

1. A POSITIVO possui legitimidade para interpor o presente Recurso tendo em vista sua regular participação no referido certame.
2. A declaração de vencedora ocorreu no dia 24/julho/2025 (quinta-feira), momento em que foi registrada pela POSITIVO sua intenção recursal. Para contagem do prazo deve ser excluído o dia de início e incluído o do encerramento, e tanto o dia do início quanto o de encerramento devem ser úteis, isto é, com efetivo expediente na Administração. Em assim sendo, tem-se que o presente pleito é tempestivo, visto que o prazo recursal se iniciou em 25/julho/2025 (sexta-feira) e se encerra, de pleno direito, nesta data de 29/julho/2025 (terça-feira).

**II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

3. Reafirmando, desde já, o respeito que dedica ao FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (“FNDE”), ao Sr.(a) Pregoeiro(a), aos integrantes da equipe de apoio e aos demais servidores envolvidos na condução da licitação, a POSITIVO registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. O presente Recurso se destina unicamente à preservação do direito subjetivo da RECORRENTE e da legalidade do certame.
4. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, que significa a conjugação dos seguintes fatores: **(i)** uma licitante que atenda minimamente aos requisitos de habilitação; **(ii)** um produto que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas; **(iii)** o menor preço possível.
5. Além disso, a estrita observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição *sine qua non* para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo. É o previsto no caput do art. 37 da CF/88, senão vejamos:

*“Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:  
(...)” (Grifos e destaques acrescidos)*

6. Portanto, desta linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

*“**Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza.** A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’.” (Grifos e destaques acrescidos)*

7. E neste sentido, com a vênia devida ao trabalho desempenhado por essa Respeitável Comissão de Licitação, mas a decisão levada a termo quanto à habilitação e declaração como vencedora do item 1 em favor da licitante GRUPO MULTI, não está de acordo com a Legalidade e Isonomia esperadas, conforme se passa a demonstrar:

**III – DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA LICITANTE GRUPO MULTI PARA O ITEM 1, UMA VEZ QUE NÃO COMPROVOU TEMPESTIVAMENTE A SUA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DA CLARA INTENÇÃO DA LICITANTE GRUPO MULTI EM INDUZIR EM ERRO O FNDE EM SEDE DE DILIGÊNCIA, APRESENTANDO NOVO DOCUMENTO PARA HABILITAÇÃO, MAS QUE NÃO PODE SER ACEITO. DA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE EXCESSO DE FORMALISMO. DA NECESSÁRIA APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS ISONÔMICOS:**

8. De acordo com o subitem 9.30 e seguintes do Termo de Referência, para fins de comprovação de Qualificação Técnica, é exigido:

### Qualificação Técnica

- 9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o OBJETO desta contratação e/ou com o item pertinente, por meio da apresentação de CERTIDÕES ou ATESTADOS, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.30.1. Para fins da comprovação de que trata esse subitem os ATESTADOS deverão a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.30.1.1. Fornecedor de bens em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, comprovando fornecimento de, no mínimo, **25% (vinte e cinco por cento)** do volume estimado de equipamentos para o item/grupo em disputa;
- 9.30.1.2. Fornecedor agregado de LOGÍSTICA DE ENTREGA, GARANTIA TÉCNICA e SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GARANTIA para os equipamentos fornecidos;
- 9.30.1.3. A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item/grupo, de modo que se um mesmo licitante se sagrar vencedor em mais de um item/grupo- deverá proceder a comprovação de capacidade técnico-operacional de forma individual para cada um deles, podendo considerar contratos já executados e/ou em execução.

9. Para (supostamente) comprovar a sua qualificação técnica a licitante GRUPO MULTI apresentou uma pasta denominada “Atestados”, contendo com 13 Atestados de Capacidade Técnica e vários outros documentos entre Notas Fiscais, Contratos, Pedidos de Compra, etc.:

Nome	
01. ACT - Notebook 60.000 - SEDUC GO - menção garantia	10. EDITAL - Seduc SP
01. Ordem de compra - Notebooks 60.000 - SEDUC GO	11. ACT - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis
02. ACT - Chromebook 8000 - Seduc ES	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 002846198
02. Contrato 01 - Chromebook 8000 - Seduc ES	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 002951429
02. Contrato 02 - Chromebook 8000 - Seduc ES	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003155959
02. Contrato 03 - Chromebook 8000 - Seduc ES	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003329242
03. ACT - Tablets 506.310 - SME SP	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003685436
03. Contrato - Tablets 506.310 - SME SP	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003756829
03. EDITAL - SME 47-2020 - TABLETS - COMPROV. PÁGINA 23	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003772009
03. Empenho 94202-20 - Tablets 506.310 - SME SP	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003781455
03. Termo - TA 110 - 2020 - 40.930 - Tablets 506.310 - SME SP	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003862257
04. - ACT - Notebook 12.800 - Pref. Santana Parnaíba	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 003898120
04. SME Santa Parnaíba - Portal Transparencia - Todos empenhos - P...	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 004147700
04. Contrato - Santana do Parnaíba 167-2021	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 004185962
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 1936 - Req 2787 - 1436 peças CHRO...	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 004589360
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 1937 - Req 2790 - 58 peças CHROME...	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 004652375
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 1939 - Req 2789 - 306 peças CHROM...	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 004705332
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 2719 REQ. 3763 - 120 peças - MULTIL...	11. NF - Monitor 2.018 und - Valdar Móveis 005120034
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 2786 REQ. 3762 - 4.280 peças Noote...	12. ACT - Notebook 15.000 - Headset 15.000 - Mouse 15.000 - Mini M...
04. SME Santa Parnaíba - Pedido 3464 REQ. 4738 - 1100 peças - MULTI...	12. Edital - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - SP
04. SME Santa Parnaíba - T Ordem de Fornecimento nº 01 - 2021- 5.5...	13. ACT - Tablet + Capa 79.868 - Agira
04. SME Santa Parnaíba - Portal Transparencia - Todos empenhos - Pa...	14. ACT - Tablets 28.954 - IBGE
05. Notas Fiscais - Monitores 3.199 - B Maia - Monitores	15. ACT - Notebook 13.389 und - Carrefour - Autenticado
07. ACT - Monitores 4.000 - SEE.PE	
07. Contrato e pedido- Monitores 4.000 - SEE.PE	
08. ACT - Notebook 28.640 - SEDUC RS	
09. ACT - Notebook 3750un - Pref. Contagem - Autenticado	
09. Contrato - Notebook 3000 un - Pref. Contagem - Autenticado	
10. ACT - Notebook 68.800 - Tablet 3.500 - SEDUC SP	
10. ANEXOS I E I-A - TERMO DE REFERÊNCIA v1.4a (fls. 1957 a 2024)	

10. Essa miscelânea de documentos, sem qualquer critério de organização que permitisse aferir o cumprimento do requisito habilitatório de qualificação técnica, fez com que o FNDE (que poderia/deveria ter declarado, de plano, sua inabilitação) solicitasse a seguinte diligência, no dia 11/07/2025:

1. No intuito de comprovar sua qualificação técnica, no arquivo enviado, a licitante encaminhou um conjunto de documentos contidos na pasta "Atestados", no entanto, para que seja viável proceder a plena análise do atendimento aos requisitos definidos no item 9.30 e subitens do Termo de Referência, é necessário que a licitante apresente, de forma clara e estruturada, as seguintes informações complementares para cada um dos atestados enviados:

a) Identificação clara e objetiva do item da licitação a qual o atestado mantém similaridade/pertinência (caso um mesmo atestado atenda a mais de um item informe a relação de todos os itens contemplados);

b) Identificação clara e objetiva do tipo e do modelo de equipamento fornecido no âmbito de cada atestado; e

c) Identificação clara e objetiva quanto à demonstração de atendimento às exigências contidas no item 9.30.1.2 do Termo de Referência ("fornecimento agregado de logística de entrega, garantia técnica e serviços de assistência técnica em garantia"), mediante apresentação de contrato(s), edital(is) e termo(s) de referência dos processos licitatórios que deram origem ao fornecimento ou mediante declaração formal complementar do(s) emissor(es) do(s) respectivo(s) atestado(s) de capacidade técnica.

2. Considerando os princípios da similaridade e da pertinência com o objeto, é necessário que a licitante identifique de forma clara e precisa quais atestados de capacidade técnica enviados **guardam real similaridade àquele especificado no item 1 da presente licitação (desktop ultracompacto padrão) – considerando que o mero fornecimento de monitores isolados não atende ao critério de similaridade e pertinência com o objeto pretendido.**

11. Para responder a diligência a licitante GRUPO MULTI precisou solicitar a dilação do prazo para o dia 14/07/2025. E neste dia apresentou uma relação de descritivos para "entendimento" dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, pois "precisava forçar tal entendimento" do que deveria ser óbvio e autoexplicativo (sem ensejar maiores dificuldades para qualquer avaliador,) e dentro dessa "linha forçada" simplesmente **juntou um NOVO atestado** aos já apresentados, tentando dar uma roupagem de licitude e pleno atendimento.

12. Conforme trecho acima em destaque, foi solicitado esclarecimento sobre qual atestado de capacidade técnica apresentado guardava **REAL SIMILARIDADE** ao objeto especificado **NO ITEM 1** do certame – **COMPUTADORES DO TIPO DESKTOP.**

13. De fato, analisando-se no detalhe, de toda aquela gama de documentos apresentados originariamente, **objetivamente nenhum deles se presta a comprovar o fornecimento de**



equipamentos “similares e compatíveis” para o Item 1, e somente após a diligência é que surgiu este NOVO atestado, datado exatamente do dia final da prorrogação concedida para atendimento da diligência.

14. A imagem abaixo mostra que o **NOVO atestado** foi emitido e assinado na data da diligência - 14/07/2025, de forma física e sem validação digital, sendo apresentado apenas digitalizado:

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**


Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **Grupo Multi S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **59.717.553/0006-17**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, 15º Andar, Jardim América, São Paulo/SP, CEP: 01.452-000, executou para esta **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA (DTI)**, CNPJ nº 00.394.429/0055-01, os serviços referentes ao **Contrato Administrativo nº 010/CELOG-DTI/2024**.

O referido contrato teve como objeto o fornecimento dos seguintes itens:

Item	Quantidade	Especificação Resumida	Valor Total do Item
1	2.490	DESKTOP TIPO I COM MONITOR – USO GERAL Marca: Multilaser Modelo: UT161 + MONITOR Sistema Operacional: Windows 11 Pro Garantia Técnica: 60 (sessenta) meses on-site.	R\$ 7.345.250,94
<b>Total</b>			R\$ 7.345.250,94

Declaramos que os produtos foram entregues e recebidos em conformidade com as especificações técnicas, prazos e demais obrigações estabelecidas no contrato e em seus anexos, não existindo, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa no cumprimento de suas responsabilidades.

São Paulo, 14 de julho de 2025.

  
**Capitão Marcelo Alexandre Martins da Conceição**  
**GESTOR DO CONTRATO**

Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI)  
Comando da Aeronáutica

Contato para verificação: (21) 99289-1612 ; marcelomamc@fab.mil.br

15. Isto nos permite concluir, sem muito esforço, que no dia 18/05/2025 – data da 1ª convocação para documentos de habilitação – a licitante GRUPO MULTI não possuía comprovação apta para a sua qualificação técnica no item 1 do certame, pois se assim fosse, no meio de toda aquela proposital confusão de documentos teria juntado também o Atestado de Capacidade Técnica do Comando da Aeronáutica.

16. Com todo respeito, saltam aos olhos a conduta adotada, pois se quisesse/se fosse para ser clara/direta/objetiva em sua documentação, a licitante GRUPO MULTI sabidamente não atenderia tal comprovação técnica, então resolveu adotar a tática de “tentar confundir” o FNDE, apresentando um emaranhado de atestados/contratos/NF’s. E assim o fez, porque este **NOVO documento simplesmente não existia naquela data. Indo além, sequer foram apresentados os respectivos Contrato, Aditivo e/ou Notas Fiscais deste suposto atestado dentro da temporalidade exigida!** Portanto, na data da convocação para a entrega da habilitação a licitante GRUPO MULTI não possuía tal comprovação, simples assim!

17. O item 1 do certame refere-se expressamente ao fornecimento de **computadores do tipo desktop**, sendo exigível, para tanto, a apresentação de atestados que comprovem a capacidade técnica anterior da licitante no fornecimento específico desse tipo de equipamento, em conformidade com as exigências do edital e com os princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da Isonomia, Legalidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório. Contudo, a licitante GRUPO MULTI apresentou atestados referentes ao fornecimento de equipamentos diversos, tais como notebooks, tablets e *Chromebooks*, **os quais, embora compartilhem certos componentes eletrônicos, possuem processos de fabricação substancialmente distintos dos aplicáveis aos desktops. Essas diferenças decorrem de fatores como formato físico, grau de mobilidade e finalidade de uso, que impactam diretamente na cadeia produtiva, especialmente no que diz respeito a ferramentais, dispositivos, etapas de montagem e procedimentos de testes.**

18. Portanto, não se nega que uma empresa com experiência na fabricação de notebooks ou tablets possa, em tese, vir a produzir desktops. Todavia, tal possibilidade abstrata não supre a exigência objetiva e documental de comprovação da capacidade técnica específica para o fornecimento de desktops, requisito que **simplesmente não foi atendido de forma objetiva pela licitante GRUPO MULTI para este item 1.** A tentativa de demonstrar tal capacidade por

meio de atestados de fornecimento de equipamentos diversos configura afronta ao Princípio da Conformidade Estrita ao Edital, sendo inidônea para suprir a exigência estabelecida.

19. E no que diz respeito ao Atestado de Capacidade Técnica do Comando da Aeronáutica, **claramente juntado a posteriori**, ainda que se alegue em sede de contrarrazões que o documento estava em tramitação junto ao órgão competente, e que este seria o motivo da sua apresentação extemporânea, **para que a licitante GRUPO MULTI pudesse se beneficiar da possibilidade de COMPLEMENTAR a sua habilitação – assim como o foi, indevidamente – precisaria antes disso cumprir os pressupostos legais, ou seja, TER JUNTADO TEMPESTIVAMENTE (À ÉPOCA DA CONVOCAÇÃO) ALGUM DOCUMENTO QUE COMPROVASSE O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS “SIMILARES E COMPATÍVEIS” PARA O ITEM 1, o que objetivamente não aconteceu, simples assim!**

20. Para que não fique nenhuma dúvida, vejamos o que estabelecem o edital, a lei 14.133/21 e a jurisprudência, acerca de documentos novos em sede de habilitação:

- **O que diz o Edital:**

*“8.14. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para** (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):*

*8.14.1. complementação de informações **acerca dos documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;”*

- **O que diz a Lei 14.133/2021:**

*“Art. 64. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:***

*I - Complementação de informações **acerca dos documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;”*

- **O que diz o TCU:**

*“Acórdão 1343/2015 – Plenário: A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...) §3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a*



complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” 15. Expõe que as normas pertinentes possibilitam tão somente a realização de diligências por parte da comissão de licitação ou pregoeiro, porém jamais a apresentação de novos documentos, não havendo, portanto, como afastar a ilegalidade na conduta do pregoeiro em flagrante violação ao princípio da legalidade, eis que determinou a reapresentação dos documentos de habilitação da Glágio e oportunizou a complementação dos seus documentos nos autos do processo licitatório.”

21. Além disso, o subitem 9.30.1.3 do Termo de Referência diz que “A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item/grupo, de modo que se um mesmo licitante se sagrar vencedor em mais de um item/grupo - deverá proceder a comprovação de capacidade técnico-operacional de forma individual para cada um deles, podendo considerar contratos já executados e/ou em execução.”

22. Ou seja, a qualificação técnica deve ser comprovada para cada item/grupo de forma individualizada e não cumulativa com outros itens, então de nada adianta qualquer especulação de atendimento com base na desorganizada pasta apresentada pela licitante GRUPO MULTI, posto que nenhum dos documentos nela contemplados se prestam a comprovar a habilitação para o item 1 do certame relativamente à desktops.

23. Com a *máxima vênia* ao entendimento exarado pelo Sr.(a) Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio, que está sendo claramente induzido em erro, causa profunda estranheza o fato de a licitante GRUPO MULTI ter sido habilitada e declarada como a vencedora no item 1 do certame com base em comprovação extemporânea e sem lastro em documento que tenha sido apresentado originariamente, pois não se trata de erro meramente formal, trata-se de documento comprobatório essencial quanto à expertise, que não foi apresentado no tempo e da forma adequados e que, portanto, não podem ser considerado como válido.

24. Logo, diante destas evidências, acredita-se firmemente que a habilitação da licitante GRUPO MULTI no item 1 do certame tenha se tratado de mero equívoco, mas que será imediatamente corrigido pelo Sr.(a) Pregoeiro(a) e Colenda Equipe de Apoio, pois além de culminar em ato ilegal sob o aspecto do claro descumprimento da regra editalícia obrigatória, também implicará em ato lesivo aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Competitividade, da Isonomia, da Finalidade e da Eficiência.

25. Vale frisar que em respeito à Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório é que decorre o dever da Administração Pública de realizar seus julgamentos com base em critérios objetivos e impessoais, os quais são definidos previamente no edital e têm como finalidade evitar análises que possam prejudicar (ou beneficiar) determinado particular frente aos demais. As exigências editalícias foram fixadas para serem cumpridas, sem ressalvas, e por todos os interessados, sejam as licitantes, seja a própria Administração e no tempo e modo fixados.

26. Com todo respeito, não há espaços para subjetivismos e ou personalismos nas fases do procedimento licitatório onde se demanda um julgamento objetivo por parte da Administração Pública. **Qualquer atitude contrária a este entendimento dá margem a favorecimentos indevidos, beneficiando um licitante em detrimento dos demais**, objetivo este que, certamente, está longe de ser o pretendido quando da condução de um processo licitatório por esse FNDE.

27. Acerca do Princípio da Impessoalidade vale mencionar o entendimento de José Calasans, na obra Manual de Licitações, Editora Atlas, publicada em 2021:

*“Os atos administrativos, como regra, têm como destinatários todos os cidadãos, sem qualquer distinção. **Pelo princípio da impessoalidade, em matéria de licitação, impede-se que o agente público estabeleça considerações de caráter exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação, em quebra do princípio maior da isonomia. Não se admite que a licitação seja feita para favorecer tal ou qual pessoa, mas deve ter em vista o atendimento do interesse público. A vantagem da proposta deve ser aferida segundo dados objetivos, independentemente da pessoa do proponente. Por isso que a explicitação, no ato convocatório, dos fatores de avaliação e do modo (critério) objetivo e impessoal como serão analisadas as propostas confere aos licitantes segurança quanto à objetividade do julgamento.**”* (Grifos e destaques acrescidos)

28. Não se deve incentivar a prática de não “punir” aqueles que não cumprem as exigências, pois isso remove a seriedade do processo e acaba por prejudicar aqueles que buscam ser corretos, ferindo a isonomia no processo licitatório. Em outras palavras, além do aspecto estritamente legal, não é justo e razoável para com as demais licitantes, que despenderam o cuidado de preparar as suas propostas em estrita conformidade às exigências do edital.

29. Formular propostas para a Administração Pública requer tempo, cuidado e atenção, atitudes que não ficaram demonstradas pela licitante GRUPO MULTI. Não se trata de privilegiar

a forma em detrimento da finalidade, muito pelo contrário, o que se pretende é ponderar que **as exigências editalícias não podem ser consideradas como meramente formais a depender da situação fática, especialmente quando há fundado receio de que a licitante não se preparou adequadamente para o certame e apresentou uma gama de documentos inaptos para comprovar a sua habilitação técnica, propositadamente para ganhar tempo e se valer da faculdade de diligência para “organizar a casa”, enquanto em paralelo tentava obter a comprovação faltante. Uma coisa é apresentar documento incompleto para fins de comprovação e ter a sua habilitação saneada, outra bem diferente é não apresentar NADA e ainda assim tentar deliberadamente induzir em erro a comissão julgadora para a aceitação de um documento que existe/foi elaborado somente após a diligência. Como visto acima, o TCU veda este tipo de diligência por vício de legalidade.**

30. Pelo exposto, resta evidenciado que a licitante GRUPO MULTI não comprovou devidamente – **no tempo e modo adequados** – o atendimento do subitem 9.30 e seguintes do Termo de Referência, razão que justifica a sua premente **inabilitação no item 1 do certame, o que desde já se requer.**

#### **IV – DAS CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A MATÉRIA EM APREÇO. DA INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS REGULADORES DO CERTAME:**

31. A Administração não pode quedar-se às vontades e aos interesses dos particulares, mas deve trabalhar em prol da satisfação dos interesses coletivos, que neste caso encontram-se retratados nas normas editalícias, que se destinam a garantir a melhor contratação possível para Administração.

32. O entendimento doutrinário é pacífico neste sentido, pelo que oportuna é a transcrição dos ensinamentos do doutrinador, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética. 11ª edição, São Paulo, pp. 402 e 526:

**“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo**

ângulo, o edital é o fundamento de validade de atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação”.

e,

“Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso, no corpo do edital.” (Grifos e destaques acrescidos)

33. Sobre os princípios constitucionais, cumpre-nos destacar que, caso estes não sejam respeitados, a validade do processo licitatório restará por certo comprometida, tornando-o temerário e vulnerável, podendo ser desconstituído por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

34. Vale a transcrição do ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso do Direito Administrativo, 13ª Ed, São Paulo, Editora Malheiros, p. 772 in verbis:

“Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.” (Grifos e destaques acrescidos)

35. Considerando o Princípio da Autotutela, que é intrínseco à atividade administrativa, clama-se ao FNDE que promova a anulação da decisão que classificou a proposta, habilitou e declarou como vencedora no certame em apreço a licitante GRUPO MULTI, nos exatos termos da Súmula 473 do STF, que assim estatui:

**Súmula 473 do STF – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial.** (Grifos e destaques acrescidos)

36. No mesmo sentido, ensina a Prof.<sup>a</sup> Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra Direito Administrativo, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas. p.195:

**(...) a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade.** (Grifos e destaques acrescidos)

37. Assim, revendo-se a decisão que classificou e declarou habilitada a licitante GRUPO MULTI (o que se requer e se acredita firmemente), sendo declarada a nulidade do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo-se todas as consequências geradas a partir de sua edição (efeito *ex tunc*).

## **V – DO PEDIDO FINAL:**

38. Por todo exposto, tempestiva e respeitosamente, a POSITIVO requer ao FNDE que aprecie os concretos e irrefutáveis argumentos apresentados, para que o presente Recurso Hierárquico seja conhecido e integralmente provido, reconsiderando-se a decisão originária, **com a imediata inabilitação da licitante GRUPO MULTI no item 1 do certame, uma vez que a apresentação extemporânea da sua qualificação técnica caracteriza erro substancial e que não pode ser simplesmente “corrigido” em sede de diligências, posto que tal situação é vedada pelo edital e pela legislação regente, devendo o certame retornar com o chamamento da próxima licitante classificada.**

39. Isto é o que se impõe, pela estrita observância aos ditames legais e aos princípios basilares! Isto é o que desde já se requer, por ser de Direito e de Justiça!

Termos em que,  
Pede e Aguarda Deferimento.

De Ilhéus/BA para Brasília/DF, em 29 de julho de 2025.

**POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**

Maria Helena Pereira - Procuradora constituída